

Questões de Direito Constitucional – XXV Exame OAB

Caderno 1 – Prova Branca

Questão 11 – Questão Difícil - Controle de Constitucionalidade

Todos os dispositivos da Lei Y, promulgada no ano de 1985, possuem total consonância material e formal com a Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1/1969. No entanto, o Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário, constatou que, após a atuação do Poder Constituinte originário, que deu origem à Constituição de 1988, o Art. X da mencionada Lei Y deixou de encontrar suporte material na atual ordem constitucional. Sobre esse caso, segundo a posição reconhecida pela ordem jurídico-constitucional brasileira, assinale a afirmativa correta.

- A) Ocorreu o fenômeno conhecido como “não recepção”, que tem por consequência a revogação do ato normativo que não se compatibiliza materialmente com o novo parâmetro constitucional.
- B) Ao declarar a inconstitucionalidade do Art. X à luz do novo parâmetro constitucional, devem ser reconhecidos os naturais efeitos retroativos (ex tunc) atribuídos a tais decisões.
- C) Na ausência de enunciado expresse, dá-se a ocorrência do fenômeno denominado “desconstitucionalização”, sendo que o Art. X é tido como inválido perante a nova Constituição.
- D) Terá ocorrido o fenômeno da inconstitucionalidade formal superveniente, pois o Art. X, constitucional perante a Constituição de 1967, tornou-se inválido com o advento da Constituição de 1988.

Gabarito: A

Comentários: Observe o quadro abaixo!

Inconstitucionalidade Superveniente
- a lei ou o ato normativo nasce constitucional, mas em virtude de uma Emenda Constitucional ou do advento de uma nova Constituição, passa a ser incompatível com a ordem constitucional.
- O STF não admite esse tipo de inconstitucionalidade, nestes casos se discute se a lei ou o ato foi recepcionado (questão de direito intertemporal) ou revogado pelas novas disposições constitucionais.


Questão 12 – grau de dificuldade médio– Súmula Vinculante – Poder Judiciário

O chefe do Poder Executivo do município Ômega, mediante decisão administrativa, resolve estender aos servidores inativos do município o direito ao auxílio-alimentação, contrariando a Súmula Vinculante nº 55 do Supremo Tribunal Federal. Para se insurgir contra a situação apresentada, assinale a opção que indica a medida judicial que deve ser adotada.

- A) Ação Direta de Inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de questionar o decreto.
- B) Mandado de injunção, com o objetivo de exigir que o Poder Legislativo municipal edite lei regulamentando a matéria.
- C) Reclamação constitucional, com o objetivo de assegurar a autoridade da súmula vinculante.
- D) Habeas data, com o objetivo de solicitar explicações à administração pública municipal.

Gabarito: C

Comentários: Bom, no caso de um ato da Administração Pública que contrarie ou aplique indevidamente da Súmula Vinculante caberá Reclamação Constitucional! Esquemmatizando!

RECLAMAÇÃO (Rcl) ao STF, que a julgando procedente:  **ANULARÁ** o ato administrativo ou **CASSARÁ** a decisão judicial

Questão 13 – grau de dificuldade médio – Direitos Políticos

Por entender que o voto é um direito, e não um dever, um terço dos membros da Câmara dos Deputados articula proposição de emenda à Constituição de 1988, no sentido de tornar facultativo a todos os cidadãos o voto nas eleições a serem realizadas no país. Sabendo que a proposta gerará grande polêmica, o grupo de parlamentares resolve consultar um advogado especialista na matéria. De acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a opção que indica a orientação correta a ser dada pelo advogado.

- A) Não é possível sua supressão por meio de Emenda Constitucional, porque o voto obrigatório é considerado cláusula pétrea da Constituição da República, de 1988.
- B) Não há óbice para que venha a ser objeto de alteração por via de Emenda Constitucional, embora o voto obrigatório tenha estatura constitucional.
- C) Para que a proposta de Emenda Constitucional seja analisada pelo Congresso Nacional, é necessária manifestação de um terço de ambas as Casas.
- D) A emenda, sendo aprovada pelo Congresso Nacional, somente será promulgada após a devida sanção presidencial.

Gabarito: B

Comentários: O voto direito, secreto, universal e periódico é cláusula pétrea da CF (art. 60, §4º, II, CF). Assim, não pode ser abolido nem através de Emenda Constitucional.

E o voto obrigatório, também é cláusula pétrea? **Não!** A obrigatoriedade é característica do voto, mas não é cláusula pétrea por não vir elencada no art. 60, §4º, CF.

Questão 14 – grau de dificuldade médio – Ordem Social

Após uma vida dura de trabalho, Geraldo, que tem 80 anos, encontra-se doente em razão de um problema crônico nos rins e não possui meios de prover a própria manutenção. Morando sozinho e não possuindo parentes vivos, sempre trabalhou, ao longo da vida, fazendo pequenos biscates, jamais contribuindo com a previdência social. Instruído por amigos, procura um advogado para saber se o sistema jurídico-constitucional prevê algum meio assistencial para pessoas em suas condições. O advogado informa a Geraldo que, segundo a Constituição Federal,

- A) é garantido o amparo à velhice somente àqueles que contribuíram com a seguridade social no decorrer de uma vida dedicada ao trabalho.
- B) é assegurado o auxílio de um salário mínimo apenas àqueles que comprovem, concomitantemente, ser idosos e possuir deficiência física impeditiva para o trabalho.
- C) seria garantida a prestação de assistência social a Geraldo caso ele comprovasse, por intermédio de laudos médicos, ser portador de deficiência física.
- D) há previsão, no âmbito da seguridade social, de prestação de assistência social a idosos na situação em que Geraldo se encontra.

Gabarito: D

Comentários: Intimamente relacionada ao princípio da dignidade da pessoa humana, a assistência social se define como a política social que prevê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à

família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, **independentemente de contribuição à Seguridade Social** (art. 203, CF c/c art. 4º, Lei 8.212/91).

Um dos objetivos da assistência social consiste **na garantia de um salário-mínimo de benefício mensal** à pessoa portadora de deficiência e ao **idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família**, conforme dispuser a lei (art. 203, V, CF).

Questão 15 – grau de dificuldade: fácil – Direitos Individuais

Jean Oliver, nascido em Paris, na França, naturalizou-se brasileiro no ano de 2003. Entretanto, no ano de 2016, foi condenado, na França, por comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas (cocaína), no território francês, entre os anos de 2010 e 2014. Antes da condenação, em 2015, Jean passou a residir no Brasil. A França, com quem o Brasil possui tratado de extradição, requer a imediata extradição de Jean, a fim de que cumpra, naquele país, a pena de oito anos à qual foi condenado. Apreensivo, Jean procura um advogado e o questiona acerca da possibilidade de o Brasil extraditá-lo. O advogado, então, responde que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a extradição

A) não é possível, já que, a Constituição Federal, por não fazer distinção entre o brasileiro nato e o brasileiro naturalizado, não pode autorizar tal procedimento.

B) não é possível, pois o Brasil não extradita seus cidadãos nacionais naturalizados, por crime comum praticado após a oficialização do processo de naturalização.

C) é possível, pois a Constituição Federal prevê a possibilidade de extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, ainda que praticado após a naturalização.

D) é possível, pois a Constituição Federal autoriza que o Brasil extradite qualquer brasileiro quando comprovado o seu envolvimento na prática de crime hediondo em outro país.

Gabarito: C

Comentários: A CF trata do tema extradição de brasileiros no art. 5º, LI e podemos esquematizar o texto constitucional da seguinte forma:

O brasileiro nato não será extraditado pelo Estado brasileiro em hipótese nenhuma .
O brasileiro naturalizado poderá sê-lo em duas situações, na forma da lei: a) por crime comum praticado antes da naturalização; b) comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins (podendo esse envolvimento com tráfico ocorrer antes ou depois da naturalização).

Questão 16 – questão difícil – Intervenção Federal

O Estado Alfa deixou de aplicar, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, o mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências. À luz desse quadro, algumas associações de estudantes procuram um advogado e o questionam se, nessa hipótese, seria possível decretar a intervenção federal no Estado Alfa. Com base na hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

A) A intervenção federal da União no Estado Alfa pode ser decretada, ex officio, pelo Presidente da República.

B) A intervenção federal não é possível, pois, por ser um mecanismo excepcional, o rol previsto na Constituição que a autoriza é taxativo, não contemplando a situação narrada.

C) A intervenção da União no Estado Alfa dependerá de requerimento do Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal.

D) A intervenção federal não seria possível, pois a norma constitucional que exige a aplicação de percentual mínimo de receita na educação nunca foi regulamentada.

Gabarito: C

Comentários: Uma das hipóteses capazes de desencadear o procedimento de Intervenção Federal é o desrespeito aos princípios constitucionais sensíveis descritos no art. 34, VII, da CF.

Nesse caso, a intervenção federal dependerá do STF julgar procedente a ADI Interventiva, proposta pelo Procurador-Geral da República (PGR), e entre os princípios sensíveis encontramos:

“**Art. 34, VII, “e”, CF.** aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde (vide EC 29/2000).”

Questão 17 – grau de dificuldade: médio - Defesa do estado e das Instituições Democráticas

Policiais militares do estado Y decidiram entrar em greve em razão dos atrasos salariais e por considerarem inadequadas as condições de trabalho. Em razão desse quadro, a Associação de Esposas e Viúvas dos Policiais Militares procura um advogado para saber da constitucionalidade dessa decisão dos policiais militares. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A) Compete aos referidos policiais militares decidir sobre a oportunidade de exercer o direito de greve, que lhes é assegurado pela CRFB/88.
- B) O direito de greve pode ser livremente exercido pelos policiais militares estáveis, mas aqueles que estiverem em estágio probatório podem ser demitidos por falta injustificada ao serviço.
- C) O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é-lhes vedado, pois sua atividade é essencial à segurança da sociedade, tal qual ocorre com os militares das Forças Armadas.
- D) O direito de greve dos servidores públicos ainda não foi regulamentado por lei específica, o que torna a decisão constitucionalmente incorreta.

Gabarito: C

Comentários: Observe o quadro abaixo!

Policiais são proibidos de fazer greve
O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuam diretamente na área de segurança pública. STF, julgado em 5/4/2017 (repercussão geral) (Info 860).¹

¹ Fonte: <https://dizerodireitodotnet.files.wordpress.com/2017/04/info-860-stf-resumido.pdf>